

REVOLUÇÃO PASSIVA E TOTALITARISMO: UMA ANÁLISE DO NAZISMO COMO GUERRA DE POSIÇÃO

FERNANDA DE ASSIS FERREIRA¹

ANA MARIA SAID²

RESUMO

O presente artigo refere-se a uma análise do totalitarismo alemão a partir do conceito de “revolução passiva” de Antonio Gramsci (1891-1937), todavia, organizado segundo uma crítica à limitação da interpretação de Hannah Arendt acerca deste fenômeno. À vista disso, o objetivo deste escrito é investigar se o nazismo foi uma revolução passiva. Para tal, utilizamos da pesquisa teórica, logo apresentamos este estudo baseado na leitura da obra gramsciana *Cadernos do cárcere* e dos escritos históricos e filosóficos que abordam o tema. Tratamos do problema numa perspectiva filosófica, por isso buscamos compreender o nazismo pelo método da filosofia da *praxis*, uma vez que esta é fundamental para o entendimento deste fenômeno histórico e de seus resquícios no mundo hodierno.

Palavras-chave: Revolução Passiva. Totalitarismo. Guerra de posição. Crise de hegemonia.

ABSTRACT

This article is an analysis about the German totalitarianism following the Antonio Gramsci's concept of "passive revolution" (1891-1937), however, organized according the limitation of the Hannah Arendt interpretation about this phenomenon. Thereby, this work purpose to investigate wether the Nazism was a passive revolution. It used the theoretical research, so this study is present based on reading the Gramsci, *Prison Notebooks* and the historical and philosophical writings about the theme. We treat the problem in a philosophical perspective and we seek to understand the Nazism by the method of the praxis' philosophy, considering that it's the key to understanding this phenomenon and their historical relics in the modern world.

Keywords: Passive revolution. Totalitarianism. War of position. Crisis of hegemony.

¹ Discente 10º período - Instituto de Filosofia/Universidade Federal de Uberlândia; Endereço: Avenida João Naves de Ávila, 2121, Uberlândia, CEP 38400-902. E-mail: nanda_chimaira15@hotmail.com.

² Professora do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço: Avenida João Naves de Ávila, 2121, Uberlândia, CEP 38400-902. E-mail: anasaid@ufu.br.

INTRODUÇÃO

Antonio Gramsci nasce na Itália, em Ales, Sardenha, a 22 de janeiro de 1891 e morre em Roma no dia 27 de abril de 1937, aos 46 anos. Toda a sua obra é indissociável de sua trajetória de vida.

O filósofo italiano reconhecido por ser um teórico marxista, tem a sua vida política iniciada ainda jovem, quando começa a contribuir para os jornais italianos e filia-se ao Partido Socialista da Itália, mas, posteriormente rompe suas relações com este e torna-se co-fundador do Partido Comunista da Itália, o PCI.

Destacado líder político, o deputado comunista Gramsci faz oposição ao regime fascista de Mussolini e por ordem deste, é condenado a prisão. Nos cárceres é que o filósofo tem elevada a sua produção intelectual. Foram escritos mais de trinta cadernos, os *Cadernos do Cárcere* e inúmeras cartas, as *Cartas do Cárcere*, destinadas à família, bem como a seus amigos. Gramsci, já nos primeiros cinco meses dentro da prisão, confidenciava à cunhada Tatiana Schucht, na carta de 19 de março de 1927, a sua necessidade de deixar algo que poderia ser utilizado pela posteridade:

Estou atormentado (e este, penso, é um fenômeno típico dos prisioneiros) por esta idéia: de que é preciso fazer algo *für ewig* [...] Em suma, segundo um plano preestabelecido, gostaria de me ocupar intensa e sistematicamente de alguns temas que me absorvessem e centralizasse minha vida interior (GRAMSCI, 2005, p.128).

O filósofo sardo viveu neste século em que a história da humanidade fora marcada por um turbilhão de acontecimentos que levaram a cabo as tentativas de progresso, que em seu desenvolvimento desenfreado, levou o mundo a experimentar profundas transformações que hoje, ditas superadas, desembocaram em grandes guerras, crises e tipos de governos que assombraram o mundo.

Como vítima do totalitarismo na Itália, o fascismo, o autor baseia-se em suas condições nacionais, porém, não perde de vista as internacionais. O mundo estava passando por uma crise de hegemonia, e tentava erguer-se da Primeira Grande Guerra. Surgem então, movimentos progressistas para a implementação da economia programática, uma nova necessidade do capitalismo para a manutenção do *status quo*, conhecida como americanismo.

Gramsci estava atento ao que estava acontecendo nos EUA, e à expansão de sua nova maneira de produzir pelo mundo. Neste momento de crise de hegemonia, a estratégia gramsciana intencionava propiciar ferramentas para a superação do modo de produção capitalista, acabando assim, com a exploração da grande maioria, a classe proletária, com a

instituição do socialismo. Mas, para isso, a classe explorada deveria estar organizada, como a sua classe antagônica, que estava realizando uma revolução passiva, difundindo esta nova maneira de produzir, a qual fora sustentada por uma reforma intelectual e moral. No entanto, esta nova maneira de produzir, o fordismo, mantinha as mesmas relações sociais de produção, conservando a contradição fundamental da civilização capitalista.

Nos *Cadernos*, Gramsci admite que o que estava ocorrendo na Itália, com o fascismo, era uma revolução passiva, este foi o caminho encontrado pela burguesia italiana para a recuperação do consenso. O fascismo era a resposta política à crise de hegemonia e à Revolução de 1917. Sabemos que, da Itália, a onda fascista se expandiu para diversos países da Europa. Assim, a obra gramsciana nos dá a possibilidade da interpretação deste acontecimento, que acabou levando a um regime de extrema coerção. O modelo fascista de governo chega à Alemanha, efetivando-se como nazismo, e sob o jugo de Hitler agora tinha suas metas esclarecidas: um governo de domínio global e a eliminação dos que a ele não se adequavam.

Neste trabalho entendemos o conceito de totalitarismo como Hannah Arendt expõe em *Origens do totalitarismo* e *Entre o passado e o futuro*, mas com as devidas ressalvas. Aqui, concordamos que o Totalitarismo foi um tipo de regime político que é possibilitado pelo surgimento do fenômeno das massas, que são guiadas por um Líder, o qual é fundamental para o domínio total; que o “Estado” tem uma estrutura amorfa, sendo a polícia secreta o verdadeiro ramo executivo do governo, entre outras características que tentaremos caracterizar ao longo deste estudo. Todavia, não admitimos a tese arendtiana que o termo “totalitarismo” só pode ser atribuído aos regimes implantados na Alemanha, União Soviética e China – como aponta em seus escritos. Ainda, ressaltamos que o termo totalitarismo não fora uma novidade desta filósofa, o termo já estava sendo utilizado desde a segunda década do século XX, contudo, a autora lhe atribui outra significação.

O desenvolvimento deste estudo apresenta como justificativa a importância de trazer para o âmbito da discussão as questões referentes ao estudo do totalitarismo como uma possível revolução passiva. Gramsci não chegou a ver o desfecho do nazismo, embora sua obra e conceitos filosóficos de análise tratem da maneira como estava sendo preparado um momento de extrema coerção, o qual ele mesmo vivenciou no fascismo. Por isto, a leitura, tanto de Gramsci quanto de Hannah Arendt, é fundamental para a compreensão deste fenômeno histórico e de seus resquícios no mundo hodierno.

Partindo dos escritos gramscianos e da análise do totalitarismo por Hannah Arendt, objetiva-se neste artigo investigar se o totalitarismo foi a maneira pela qual estava sendo

implantada esta nova maneira de produzir, este novo tipo de economia programática na Europa. Apresenta-se, pois, a questão a ser enfrentada: o movimento totalitário na Alemanha, o nazismo, foi uma revolução passiva?

Para responder a esse questionamento que norteia esta pesquisa, problematizamos o assunto em três perspectivas: no primeiro item tratamos do conceito gramsciano de crise orgânica, relacionando-o aos principais acontecimentos do início do século XX. No segundo item, expomos, inicialmente, o conceito de revolução passiva de Antonio Gramsci, recuperando deste modo, nos seus escritos, os textos em que trata deste assunto. Ao mesmo tempo, buscamos recuperar como foi a incorporação do americanismo na Alemanha. No terceiro e derradeiro item, tentamos repensar o totalitarismo a partir da categoria de revolução passiva, e ainda, nas diferentes perspectivas com que Arendt e Gramsci, interpretam o totalitarismo, em suas devidas peculiaridades. Posteriormente, finalizamos este trabalho com as nossas considerações.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa teórica em questão é fundamentada na leitura da obra *Cadernos do cárcere*, do filósofo Antonio Gramsci e, igualmente, da seleção de alguns escritos históricos e filosóficos que abordam o tema. Como o fenômeno histórico objeto do estudo fora exaustivamente teorizado por Hannah Arendt, não poderíamos omitir a valiosa interpretação desta filósofa, no entanto, procuramos nos orientar cautelosamente no que tange às divergências conceituais destes autores. Analisamos o problema numa perspectiva filosófica, por isso buscamos compreender o nazismo pelo método da filosofia da *praxis*, o materialismo histórico dialético, o qual é utilizado pelo próprio Gramsci em seus escritos.

Para o pensador, a filosofia é uma visão do mundo que supera a visão de mundo do senso comum. Esta ordem intelectual é uma atividade de pensar coerente e unitária que está em estrita e necessária relação com a história de uma época, pois para Gramsci “A filosofia de uma época histórica [...] não é senão a ‘história’ desta mesma época [...] história e filosofia são inseparáveis, formam um ‘bloco’ ” (GRAMSCI, 2012, v. 1, pp. 325-326).

A filosofia da *praxis*, como qualquer outra, é a expressão das contradições históricas, e Gramsci afirma que ela é a expressão mais completa destas contradições porque ela é consciente. Esta filosofia não se propõe como um sistema de pensamento que está para além do desenvolvimento histórico, ela pode inclusive ser superada, entretanto, somente quando for superada a contradição histórica da sociedade de classes.

Sendo uma visão de mundo que está ligada ao desenvolvimento histórico, é por este método, a filosofia da *praxis*, que o filósofo irá refletir sobre a sua própria época. Esta proposta deve ser um estudo das várias culturas e concepções do mundo existentes, porque a filosofia dialoga com a história da filosofia e com as filosofias de sua própria época. É neste sentido que faremos a utilização dos conceitos filosóficos de Antonio Gramsci (1891-1937) e de Hannah Arendt (1906-1975), pois suas filosofias situam-se em uma mesma época histórica, o século XX. Filósofos políticos, cada um em sua perspectiva e com seus próprios conceitos de análise, conjecturam sobre a crise global após a Primeira Grande Guerra, e é deste evento que resultam diversos outros como o próprio fascismo na Itália, e, depois, o nazismo – o qual Gramsci não pôde teorizar, pois não sobrevive até a ascensão nazista. Portanto, é segundo as contribuições destes dois autores para a compreensão destes acontecimentos que pretendemos entender o totalitarismo alemão sob uma concepção dialética e marxista que, partindo do conceito gramsciano de revolução passiva e da própria História, busca elucidá-lo.

1 A CRISE ORGÂNICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O mundo burguês no início do século XX estava em crise. Neste período, podemos elencar como os principais acontecimentos históricos: as duas grandes guerras, as ondas revolucionárias surgidas após a Revolução Russa, a violenta crise econômica de 1929, os fascismos e, assim, o descrédito nas instituições das democracias liberais que se demonstravam como propostas para a solução dos problemas gerados no final do século XIX e início do XX; o imperialismo, o anti-semitismo e por fim, os movimentos totalitários.

Na obra *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, o historiador marxista, Eric Hobsbawm, afirma que a Primeira Guerra Mundial assinalou o colapso da civilização capitalista ocidental do século XIX (Cf. HOBBSAWM, 2004, p. 16). Uma civilização que embora seja a expressão de todo um desenvolvimento histórico anterior, traz consigo contradições que só podem ser desfeitas com a sua própria superação e, portanto, com o estabelecimento de um novo modo de produção da vida material e, a partir disto, uma nova civilização, uma *nuova civiltà*, segundo Gramsci. Entretanto, a superação das contradições da sociedade de classes não ocorrera, o que houve foi um acirramento da crise que esta civilização capitalista não pode resolver em suas bases contraditórias.

O conceito de crise orgânica em Gramsci, para a análise deste período histórico que o próprio vivencia, demonstra uma ocasião em que a classe operária deveria ter outra estratégia, que não a da guerra de movimento, como ocorrera na Rússia em 1917. Ainda mais, esse conceito faz correspondência com o conceito marxiano de Etapa de Revolução. Marx, no prefácio de *Para a crítica da economia política – o Prefácio de 1859* – afirma que este momento é caracterizado por ter as relações sociais de produção da vida material entrado em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, impossibilitando o seu progresso. Assim, as forças produtivas já estavam desenvolvidas de modo a possibilitar aos homens uma nova maneira de produção de sua vida material, todavia, conservando as mesmas relações sociais de produção, não foi possível que este desenvolvimento ocorresse. Marx, no referido texto afirma que

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é nada mais do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações transformam-se em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social (MARX, 1978, pp.129-130).

Portanto, se não se criam novas relações sociais de produção da vida material que esteja em conformidade com as novas forças produtivas, para fazer surgir este novo modo de produção, que neste caso seria o socialismo, o resultado é o aprofundamento da contradição e o produto é sempre a crise mais aprofundada.

Gramsci, como intérprete das categorias marxianas, percebe que o modo de produção capitalista se desenvolveu e que, portanto, era necessário compreendê-lo em sua nova conjuntura. O desenvolvimento do capitalismo era desigual, a capitalização global se caracterizava por encontrarmos países de capitalismo avançado e outros em que o mesmo era incipiente. Ao analisar os países de capitalismo avançado, o pensador italiano percebe que a crise do capitalismo tinha uma resposta diversa da esperada inevitável revolução social. O modo de produção capitalista estava em crise, e o americanismo aparece como a principal tentativa de superação desta crise. De Felice (1978, p.249), afirma que o americanismo, surge como uma pretensão mundial para a superação da queda tendencial da taxa de lucro.

No texto *Americanismo e fordismo*, Gramsci busca compreender se o americanismo pode ser uma Revolução Passiva ou se este é um fenômeno cumulativo que será capaz de

gerar uma revolução, como a francesa. Conforme o escrito gramsciano, o americanismo e o fordismo surgem da necessidade de organizar uma economia programática, o capitalismo de Estado. Fordismo e americanismo são indissociáveis. O fordismo é uma forma particularmente desenvolvida de organização do trabalho na fábrica, é assim conhecido porque foi o industrial Henry Ford (1863-1947) quem fundou em 1903, a Ford Motor Company que, pouco tempo depois se tornou a maior fábrica de automóveis do mundo. Esta nova maneira de produzir da fábrica de Ford baseava-se na “organização científica do trabalho na fábrica” que fora teorizada por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), a qual ficou conhecida como taylorismo e produção em série. E o americanismo, por sua vez, é uma forma de organização das relações sociais e humanas, em outras palavras, como esta nova maneira de produzir estava se incorporando nas sociedades modernas.

Nos seus escritos carcerários, Gramsci argumenta que esta nova maneira de produzir difundida sob a “etiqueta americana” é mais uma forma reformística de tentar manter o *status quo* do sistema capitalista. Segundo o filósofo, esta nova tentativa da classe dominante de manter a sua hegemonia é uma tentativa de solucionar os problemas da sociedade moderna em suas próprias condições contraditórias, o que pode provocar crises econômicas e morais cada vez mais desastrosas, o que se caracteriza como crise orgânica, como descreve em *Americanismo e fordismo*:

No pós-guerra, teve lugar uma crise dos costumes de extensão e profundidade inauditas, mas teve lugar contra uma forma de coerção que não fora imposta para criar os hábitos adequados a uma nova forma de trabalho, mas por causa das necessidades, então concebidas como transitórias, da vida na guerra e na trincheira [...] A crise foi (e ainda é) mais violenta por ter atingido todas as camadas da população e por ter entrado em conflito com as necessidades dos novos métodos de trabalho que foram se impondo nesse meio tempo (taylorismo e racionalização em geral) (GRAMSCI, 2012, v. 4, pp. 263-264).

A análise de Gramsci sobre a crise é uma interpretação original e que avança ao interpretar esta fase que se inicia com a Primeira Guerra Mundial como uma “crise orgânica”. A própria guerra é para Gramsci consequência da crise, ao mesmo tempo em que é uma de suas manifestações, como também é a crise econômica de 1929. Ainda mais, o problema fundamental da crise está na produção, a crise orgânica é a consequência do modo de produção capitalista e sua extensão e duração é correlata ao surgimento deste:

Em suma, o desenvolvimento do capitalismo foi uma “crise contínua”, se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e que se neutralizavam. Num certo ponto, neste movimento, alguns elementos predominaram, ao passo que outros desapareceram ou se tornaram inativos no quadro geral. Então surgiram acontecimentos aos quais se dá o nome específico de “crises”, que são mais ou menos graves

precisamente na medida em que tenham lugar elementos maiores ou menores de equilíbrio (GRAMSCI, 2012, v. 4, p. 318).

É com essa diferente maneira de analisar o referido período histórico, com a categoria de Revolução Passiva – o fordismo como uma das respostas à crise orgânica do capitalismo – que Gramsci antevê que os problemas gerados por esta nova maneira de produzir são mais complexos do que parecem a primeira vista, conforme Christinne Buci-Glucksmann, em sua obra *Gramsci e o Estado*: “Uma crise econômica só se desdobra em crise histórica e orgânica se atinge o Estado e os aparelhos de hegemonia: ou seja, ‘o Estado em seu conjunto’ ” (BUCCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 102). O fordismo não é a resposta mais satisfatória para os problemas do capitalismo e nem ilustra a criação de um novo modo de produção, a única resposta possível que resolveria as contradições do capitalismo seria a sua abolição, com o surgimento do modo de produção socialista.

1.1 Fascismo e nazismo como propostas de superação da crise orgânica

O filósofo italiano, contra a interpretação economicista da Revolução Passiva, assinala que para entender este fenômeno é necessário que se compreenda a importância da concepção política e do mesmo modo, a categoria de Guerra de Posição. Gramsci teve outro olhar sobre a nova correlação de forças resultante dos acontecimentos políticos do início do século XX, especialmente a Revolução na Rússia e a resposta a este acontecimento, com a expansão dos movimentos fascistas pela Europa. Como afirma Christinne Buci-Glucksmann: “[...] o conceito de crise, elaborado por Gramsci a partir da crise que sucede imediatamente ao pós-guerra (1920) e da crise de 1929, permitirá *especificar* o de correlação de forças” (*ibidem*).

Contra a interpretação economicista, conforme De Felice, o filósofo sardo reconhece que a política pode frear e alterar uma contradição aberta no terreno econômico, como afirma o intérprete da obra gramsciana:

Se a política é essencial para impedir que uma crise objetivamente aberta no plano das relações de produção se expanda até envolver toda a sociedade, decisivo, para a generalização da contradição, é conseguir conquistar, romper, as estruturas políticas organizativas e ideológicas em que se decompõem as forças sociais (DE FELICE, 1978, p. 203).

Mas, de acordo com o próprio Gramsci, a resposta política às crises é demorada: “[...] as crises econômicas gravíssimas não têm repercussões imediatas no campo político. A política está sempre atrasada, e muito atrasada, em relação à economia” (GRAMSCI *apud* DE FELICE, 1978, p. 199). A questão central de teoria política que Gramsci procura responder

após a Primeira Guerra Mundial, é a passagem da guerra de movimento à guerra de posição, e sua relação com a Revolução Passiva em curso. Conforme o texto gramsciano, este período pode ser demarcado historicamente. Após a Revolução Russa – uma guerra de movimento – segue-se uma guerra de posição: “[...] na época atual, a guerra de movimento verificou-se politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico, para a Europa, é o fascismo” (GRAMSCI, 2012, v.1, p. 300).

Gramsci ao analisar esse período histórico sem recorrer às teorias mecanicistas de análise dos acontecimentos políticos, avalia a crise sem ter a revolução como algo inevitável que resultaria da mesma. O filósofo relaciona as duas categorias, Revolução Passiva e Guerra de Posição, de forma que interpreta a revolução passiva que estava ocorrendo, como um processo de transformismo das relações sociais de produção, donde a resposta a esta transformação se verifica como um novo tipo de “luta de classes”, a Guerra de Posição, como afirma De Felice: “[...] se a revolução passiva determina em Gramsci as formas de um processo de transformação, a guerra de posição determina as formas do choque de classe em relação a este processo, e isto seja para a burguesia, seja para o proletariado” (DE FELICE, 1978, p. 202). Assim, de sua forma originária italiana, a onda fascista se espalhava pela Europa.

Os fascistas propunham a solução dos problemas causados pelo capitalismo, os quais levaram à gigantesca crise em que o mundo se encontrava no início do século XX. Viam-se como os revolucionários que, sem recorrer às estruturas tradicionais do Estado liberal e a prometida “revolução comunista”, ofereceriam a solução mais adequada para o momento. Com uma ideologia mais radical surgia também o movimento nacional socialista na Alemanha.

Estudiosos marxistas como Hobsbawm atribuem ao fascismo ser um fenômeno totalitário. Franco De Felice afirma que o fascismo é uma forma da Revolução Passiva do século XX, ele interpreta o “[...] fascismo como expressão específica, historicamente determinada, de um processo mundial” (*ibidem*, p. 211). Enquanto Hannah Arendt coloca os dois movimentos, o fascismo e o nazismo, em categorias diferentes. O fascismo ainda é uma ditadura unipartidária, enquanto que o nazismo se enquadra em uma categoria absolutamente nova da política, um movimento totalitário, sem precedentes, para a filósofa. Aqui não aprofundaremos estas diferentes concepções, voltamos a tratar disso no último item, portanto, retomamos o conceito de crise orgânica, como esta foi sentida na Alemanha.

1.2 A Crise Orgânica na Alemanha

A Primeira Guerra Mundial, como interpreta Gramsci, assinala um dos eventos da crise orgânica pela qual o mundo estava passando, e desta crise a Alemanha não só não fora poupada, como fora um dos países mais atingidos. Após a derrota para os Aliados nesta guerra, foram impostas punições absurdas através do Tratado de Versalhes – que fora elaborado pelos vencedores EUA, Grã-Bretanha, França e Itália –, as quais tinham por finalidade deixar a Alemanha arruinada e incapaz de se reerguer para outro combate. Por fim, a Alemanha viu seu sistema monetário entrar em colapso, como afirma Hobsbawm: “No caso extremo – na Alemanha em 1923 – a unidade monetária foi reduzida a um milionésimo de milhão de seu valor de 1913, ou seja, na prática o valor da moeda foi reduzido a zero” (HOBSBAWM, 2004, p. 94).

O desemprego era crescente em escala mundial, na Alemanha, depois da guerra, as massas passaram a esperar uma solução política para essas injustiças sociais, e um regime que se propusesse a eliminar o desemprego, como o fascismo, era o que elas esperavam. Assim, o movimento fascista da Itália se espalhava pela Europa, e em 1933, Adolf Hitler, o líder do movimento fascista da Alemanha, o nazismo, torna-se chanceler. É relevante neste trecho do *Caderno 3*, como Gramsci antevê que a crise orgânica, que atinge todas as esferas da vida material dos homens e todos os países, suscita recurso a estes grandes homens para a sua solução, conforme ele:

[...] Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representada pelos homens providenciais ou carismáticos [...] O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 60).

Hitler ascende ao poder encarnando toda a revolta e indignação da sociedade alemã. Em meados da década de 1930, nada restava do Tratado de Versalhes, a partir disto, a Segunda Guerra Mundial estava pronta para ser iniciada.

A revolução passiva que estava ocorrendo exigia uma nova forma de organização da produção da vida material, porém, que conservasse a contradição fundamental do capitalismo e para isso, fora necessário ocorrer uma Reforma Intelectual e Moral que a sustentasse. Os empregos das mulheres fora do lar foram temporários na Primeira Guerra Mundial, e se tornaram permanentes na Segunda.

A guerra em massa exigia produção em massa. Para isso, devia ter organização e administração, é o que Gramsci trata em *Americanismo e fordismo*, e que Hobsbawm fala, em

geral, sobre a guerra. Surgem novas necessidades, neste momento o mercado demanda a produção de tecnologias que permitissem vencer a guerra e a estas necessidades de mercado, conforme a teoria marxiana, correspondem determinadas formas de consciência social, portanto, se o mercado exigia armamentos para se vencer a guerra, isto se faria a qualquer custo:

[...] a produção também exigia organização e administração – mesmo sendo o seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente, como nos campos de extermínio alemães. Falando em termos gerais, a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha de ser conscientemente organizado e administrado (HOBSBAWM, 2004, p. 52).

Outra consequência da crise orgânica da *civiltà capitalista* foi o anti-semitismo como fator político sério. E, como tal, era uma das principais ideologias difundidas no cenário internacional. Hannah Arendt também admite que as questões não-resolvidas do século XIX viriam à tona novamente, e esta é a interpretação de Gramsci sobre a crise orgânica do capitalismo, que vinha se estendendo e para a qual havia respostas que por algum tempo resolveria os problemas, as revoluções passivas, mas que no fim apresenta-se como o trágico desfecho do totalitarismo, a filósofa afirma que:

O surgimento simultâneo do anti-semitismo como sério fator político na Alemanha, na Áustria e na França nos últimos vinte anos do século XIX foi precedido por uma série de escândalos financeiros e negócios fraudulentos, cuja origem principal era a superprodução de capital disponível (ARENDR, 2011b, p. 56).

Enfim, elencar os principais acontecimentos decorrentes e próprios desta crise, sendo eles próprios facetas da crise orgânica, é necessário para compreendermos que eles levaram à formação do “Estado” totalitário. Antes de chegar aos horrores dos campos de concentração alemães, o anti-semitismo e a guerra espalhavam-se pelo mundo. É nesta atmosfera de colapso que se cria um novo tipo de homem que foi capaz de realizar o totalitarismo. Neste item, brevemente, tentamos elencar os principais acontecimentos desta crise orgânica, problematizando-os a partir desta categoria gramsciana, para que com estes elementos teóricos possamos chegar à resposta do objetivo do trabalho, ou seja, se seria o nazismo uma Revolução Passiva.

2 O CONCEITO DE REVOLUÇÃO PASSIVA

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci trata do conceito de Revolução Passiva especificamente no *Caderno 22*, no qual aborda a nova maneira de produzir americana, notas que são intituladas de *Americanismo e fordismo*; e no *Caderno 19*, em que ele teoriza sobre o *Risorgimento*, que foi o movimento de unificação para a formação do Estado nacional na Itália.

O conceito de Revolução Passiva em Antonio Gramsci resulta do juízo dado por Cuoco³ sobre os acontecimentos revolucionários italianos de 1799 e dos anos sucessivos, com o qual o filósofo concorda, embora afirme que este conceito é útil para a análise de vários outros fenômenos, conforme o próprio:

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (GRAMSCI, 2012, v. 5, pp. 209-210).

Contudo, Gramsci enriquece o conceito de revolução passiva, fazendo uma relação deste com o *Prefácio* marxista de 1859, o qual em linhas gerais, prescreve que um modo de produção da vida material só pode ser superado quando já existem necessariamente as forças produtivas que podem proporcionar isto. Esse conceito transformado, relacionado aos movimentos históricos que Gramsci em sua obra afirma que são Revoluções Passivas, o Americanismo, o *Risorgimento* e o fascismo, permitem que o filósofo tenha uma interpretação original sobre estes fenômenos.

Nas notas sobre o *Risorgimento*, Gramsci, ao teorizar a respeito da unificação da Itália, afirma que este movimento “revolucionário” foi composto por duas grandes forças, o Partido de Ação (entre os principais líderes estão Garibaldi e Mazzini) e o Partido Moderado. O Ressurgimento, conforme o filósofo sardo, deve ser analisado em relação aos acontecimentos deste mesmo período, tanto no que acontecia na própria Itália, como no mundo, respectivamente, as guerras, principalmente com a Áustria, e internacionalmente, a Revolução Francesa. Como podemos verificar no texto gramsciano:

³ Nas notas do volume 5, de sua tradução dos *Cadernos*, Carlos Nelson Coutinho afirma que: “Vincenzo Cuoco (1770-1823) participa da revolução napolitana de 1799, depois da qual sofre o cárcere e o exílio. Em sua obra principal, *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana* (1801), aparece o conceito de ‘revolução passiva’ para indicar que a revolução napolitana, suscitada pelo impacto de acontecimentos externos, como a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, se restringiu a um grupo relativamente exíguo de intelectuais e não soube se ligar às concretas necessidades do povo” (GRAMSCI, 2012, v.5, p.371).

[...] as origens do movimento do *Risorgimento*, isto é, do processo de formação das condições e das relações internacionais que permitirão à Itália unir-se em nação e às forças nacionais desenvolverem-se e expandirem-se, não devem ser buscadas neste ou naquele evento concreto registrado numa ou noutra data, mas precisamente no mesmo processo histórico pelo qual o conjunto do sistema europeu se transforma. Mas este processo não é independente dos eventos internos da península e das forças que nela se localizam (GRAMSCI, 2012, v. 5, p. 17).

O que o autor, como se verifica em outro trecho, quer afirmar, é que o movimento de unificação italiano não é somente o ecoar da Revolução Francesa. Mais que isto, não se enquadra na mesma categoria de análise. A Revolução Francesa foi uma “revolução” propriamente dita, enquanto o movimento de unificação italiano foi uma revolução passiva. E isto se deve ao exame minucioso das forças sociais em ação, ou seja, o Partido de Ação e o Partido Moderado. Para Gramsci, o Partido de Ação, que tinha a proposta de ser revolucionário, só conseguiu ter efetiva participação no movimento graças ao Partido Moderado.

O Partido Moderado foi uma força homogênea que teve a direção política do movimento e os seus intelectuais orgânicos eram os dirigentes, que conseguiram atingir uma hegemonia intelectual, moral e política: “Os moderados eram intelectuais já naturalmente ‘condensados’ pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de que eram expressão” (*ibidem*, p. 63). Por outro lado, o Partido de Ação não teve esta organicidade, seus intelectuais submeteram-se aos intelectuais dos moderados, que também sabiam da necessidade da sua tarefa histórica, ou seja, a unificação italiana.

Para que o Partido de Ação tivesse se tornado uma força autônoma, conforme Gramsci, para ter transmitido força popular e democrática ao movimento, deveria elaborar um programa de governo que se pautasse nas massas populares, e especialmente nos camponeses. Faltou ao Partido de Ação um programa de governo que colocasse as massas populares em contato com o novo Estado, pois conforme Gramsci, “ele sempre foi, mais do que qualquer outra coisa, um organismo de agitação e propaganda a serviço dos moderados” (*ibidem*, p. 66).

Comparando o movimento de unificação com a Revolução Francesa, evento que influenciou neste acontecimento italiano, Gramsci chega a conclusão de que o que ocorreu na Itália fora uma revolução passiva. Os jacobinos foram os únicos a ser um partido revolucionário, pois representavam não só o desenvolvimento das necessidades futuras individuais. Na Itália não aconteceu uma “revolução” porque o Partido de Ação não fora um partido que criou uma nova forma de organização das relações hegemônicas, impondo-se

como classe dirigente e dominante, como ocorreu na França, com os jacobinos, pois, Gramsci afirma que estes

[...] não só organizaram o governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais: criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna (GRAMSCI, 2012, v. 5, p. 81).

Do mesmo modo, nas notas sobre *Americanismo e fordismo*, Gramsci chega a esta conclusão, ou seja, que o movimento de modernização na maneira de produzir, difundido pela indústria de Henry Ford não chegará a determinar um novo modo de produção da vida material, nem novas classes, logo, este evento é uma revolução passiva, fenômeno que torna possível a manutenção do *status quo* da burguesia, que neste momento, estava passando por uma crise de hegemonia e ainda buscava recuperar a taxa de lucro.

Portanto, as revoluções passivas, não são propriamente “revoluções”, pois elas não geram um Estado novo. O americanismo não foi uma revolução porque não criou uma nova sociedade, como os jacobinos que criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente e hegemônica, como afirma Christinne Buci-Glucksmann: “a revolução permanece passiva, quando não revoluciona as superestruturas, não instaura um Estado e um aparelho de hegemonia novo, no curso de um processo de longo fôlego” (BUCI-GLUCKSMANN, p. 79, 1980).

Como podemos ver no primeiro item deste trabalho, o americanismo é expandido nos países de capitalismo avançado no mesmo momento em que o mundo passava por uma profunda crise orgânica. O próprio americanismo é uma tentativa de resolução desta crise. Agora, refletiremos sobre a incorporação do americanismo na Alemanha, já que, inicialmente, defendemos a tese de que o movimento totalitário nazista foi o que permitiu que fosse concretizada a incorporação desta nova maneira de produzir.

2.1 O Americanismo na Alemanha

Gramsci alerta em *Americanismo e fordismo* que, “[...] a reação européia ao americanismo deve ser examinada com atenção: dessa análise resultará vários elementos necessários para compreender a atual situação de uma série de Estados do velho Continente e os episódios políticos do após-guerra” (GRAMSCI, 2012, v. 4, p. 243). Recordemos, pois, a situação histórica em que se encontrava a Alemanha neste período de incertezas que rondava a Europa.

Herf (1993) propõe um estudo sobre como se deu a relação entre a tecnologia, a cultura e a política, na República de Weimar e no 3º Reich. Essa relação nos esclarece em parte, o modo contraditório como isto ocorre. Se por um lado havia na Alemanha um grupo que o sociólogo chama de “modernistas reacionários”, os quais conseguiram incorporar a tecnologia ao simbolismo e à linguagem da *Kultur* alemã, por outro, havia os “revolucionários conservadores” que faziam uma oposição essencial entre a *Kultur* e a *Zivilisation*, e que consideravam a cultura alemã capaz de se recuperar sem precisar recorrer aos perigos da *Zivilisation*, segundo Herf:

De um lado se situava a *Volk* como comunidade de sangue, raça e tradição cultural. Do outro, estava a ameaça do *Americanismus*, do liberalismo, do comércio, do materialismo, do parlamento e dos partidos políticos, e da República de Weimar. O nacionalismo servia como uma religião secular que prometia uma alternativa a um mundo que sofria de excesso de racionalização capitalista e comunista. Os nacionalistas alemães elevavam a situação geográfica da Alemanha entre Leste e Oeste a uma identidade cultural-política também. A *Kulturnation* iria escapar aos dilemas de uma modernidade cada vez mais sem alma (HERF, 1993, p. 49).

Para o sociólogo, os modernistas reacionários tiveram uma atuação fundamental para que os nazistas conquistassem o poder na Alemanha. Foram eles que conseguiram integrar a tecnologia à visão de mundo do nacionalismo alemão que buscava restaurar a ordem da realidade caótica do pós-guerra, conforme ele: “O que tivera início como tradição própria dos engenheiros alemães e dos homens de letras da direita terminou nos *slogans* administrados pelos nazistas” (*ibidem*, p. 29).

Foi no segundo período da República de Weimar, conhecido como fase de estabilização, iniciado em 1924 com a estabilização fiscal que, conforme Herf, acabou com a hiperinflação, que se inaugura um período de expansão dos investimentos e de racionalização da indústria. Este período caracteriza-se, portanto, como a incorporação do fordismo e da americanização, que deste modo, buscavam a expansão da produtividade. Entretanto, este período de estabilização foi de curta duração, logo a crise econômica do pós-guerra que solapou o mundo em 1929 atinge a Alemanha, como afirma o autor:

Mas a subjacente lacuna entre as instituições políticas formalmente republicanas e democráticas de Weimar e as heranças sociais, econômicas e ideológicas iliberais da Alemanha, ainda insuperadas, veio a tona outra vez de 1929 a 1933, quando a depressão revelou situar-se além da capacidade de manejo do sistema político alemão. Neste último período, cresceram o desemprego e os extremismos políticos, retraíram-se os partidos de centro, a baixa classe média foi atraída pelos nazistas, os comunistas continuaram a atacar os social-democratas, taxando-os de “social-fascistas”, os intelectuais direitistas sonhavam com esmagar a república e, por último, os

conservadores voltaram-se para Hitler a fim de administrar ao regime os últimos sacramentos (HERF, 1993, p. 33).

Embora Herf não seja marxista, este trecho imediatamente nos induz a fazer relações com a teoria gramsciana da formação dos Estados europeus. Em diversas partes de seus escritos nos cárceres, Gramsci afirma a necessidade de conhecer a formação histórica do Estado para poder compreender os fenômenos em sua totalidade. Por isso, é essencial entendermos que a Alemanha, como a Itália de Gramsci, fora um dos últimos países europeus a se formar como um Estado burguês e que quando isso se concretizou, houve uma espécie de hostilidade ao modelo liberal que encontrou uma cultura secular na qual não fora absolutamente incorporado.

Destarte, ainda, podemos verificar em diversas partes dos *Cadernos*, como Gramsci trata da importância da compreensão desta relação entre as particularidades nacionais e os acontecimentos internacionais. Assim como verifica no processo de formação do Estado nacional na Itália, um “transformismo”, Gramsci afirma que o processo de tomada do poder por parte da burguesia na Alemanha é falho, pois, esta não luta até o fim pelo poder, deixando subsistir os *Junkers* e o Kaiserismo, ocultando o seu próprio domínio:

Na Alemanha, o movimento de 1848 fracassa em razão da escassa concentração burguesa (a palavra de ordem de tipo jacobino foi dada pela extrema-esquerda democrática: “revolução permanente”) e porque a questão do renascimento estatal se entrelaça com a questão nacional; as guerras de 1864, 1866 e 1870 resolvem, ao mesmo tempo, a questão nacional e a de classe num tipo intermediário: a burguesia obtém o poder econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como estrato governamental do Estado político, com amplos privilégios corporativos no Exército, na administração e sobre a terra: mas pelo menos, embora estas velhas classes conservem na Alemanha tanta importância e gozem de tantos privilégios, elas exercem uma função nacional, tornam-se os “intelectuais” da burguesia, com um determinado temperamento dado pela origem de casta e pela tradição (GRAMSCI, 2012, v. 5, pp.83-84).

Por isso, essa forma contraditória como se dá a incorporação dos valores sociais, econômicos e morais liberais na Europa e de modo diferente em seus respectivos Estados, é responsável tanto pelo acirramento da crise de hegemonia da classe detentora dos meios de produção, quanto pelo desenvolvimento de modelos que possibilitem a incorporação do americanismo nos países de capitalismo avançado.

Gramsci ainda aponta os problemas essenciais para compreender este fenômeno, o americanismo, nos EUA, e a sua expansão pela Europa, sendo que para ele, neste continente trata-se da “[...] substituição da [...] camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro, baseado imediatamente na produção

industrial” (GRAMSCI, 2012, v.4, p. 242). Assim, fez-se necessária uma “adaptação” destes indivíduos que não tinham posição no mundo da produção, desta camada “parasitária”, ao novo modo de acumulação exigido pelo capital. Esta condição preliminar que os EUA não se ocuparam em aniquilar, foi o que permitiu a sua melhor “receptividade”. Neste tipo de Estado de “estrutura sadia”, nos EUA, não houve grandes problemas em incorporar o transporte e o comércio à própria atividade produtiva, o que fez Ford economizar no custo da produção, permitindo, deste modo, melhores salários e menores preços de venda:

A inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial para o comércio, possibilitando a redução cada vez maior da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma real atividade subordinada à produção, ou melhor, a tentativa de incorporar estas atividades à própria atividade produtiva (*ibidem*, p. 247).

Logo, verifica-se que o fator histórico determinou diferentes tipos de Estados, com suas peculiaridades – embora na época da expansão do americanismo se expandiam os valores sociais, econômicos e ainda, a incorporação das instituições liberais. A importância dada por Gramsci ao fator histórico de formação dos Estados modernos permite-nos compreender as diferentes maneiras que resulta das roupagens adquiridas neste processo de transformismo, ou seja, as diferentes maneiras com que ocorreram a modernização na produção em escala mundial: nos EUA, Estado liberal, na forma de fordismo; e na Europa, com um Estado liberal recente, o americanismo imposto a partir de extrema coerção, com os chamados movimentos totalitários ou fascismos. Portanto, esta imposição de formas tidas como “originais”, são as chamadas revoluções passivas, conhecidas também por serem “revoluções sem revolução”, isto é, as formas que a classe burguesa encontra para rearranjar-se e manter-se na hegemonia.

3 TOTALITARISMO E REVOLUÇÃO PASSIVA: A CRISE ORGÂNICA COMO CRISE DE HEGEMONIA

Como podemos ver nos itens anteriores, os movimentos totalitários e a chegada ao poder destes, é o resultado da grande crise do capitalismo, que se fez sentir como crise orgânica, tendo neste momento diversas manifestações já explicitadas, como as guerras, as crises econômicas, a Revolução Russa, a criação de movimentos políticos fascistas, a crise moral, o anti-semitismo e o próprio nazismo. Gramsci no *Caderno 13*, afirma que:

Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver

as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 44).

Desta maneira, vemos que Gramsci rejeita toda e qualquer interpretação mecanicista do processo histórico. É justamente por isto, que o filósofo analisa a crise orgânica, como uma crise de hegemonia, pela qual a classe burguesa estava passando. A crise econômica, na interpretação gramsciana, não levaria inevitavelmente à revolução, como pensavam os mecanicistas. Além disso, a revolução passiva que estava ocorrendo, desmantelava o movimento revolucionário. Conforme Christinne Buci-Glucksmann:

Podemos dizer, de modo mais geral, que contrariamente a toda ilusão catastrófica-economicista da crise como processo de revolucionarização das massas (visão da III Internacional dos anos 30), em oposição a toda reabsorção do processo revolucionário no choque frontal, numa ruptura violenta e jacobina, Gramsci confere significado quase “de época” aos processos de revolução passiva que tendem sempre a “reduzir a dialética a um processo de evolução reformista” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 122).

Gramsci afirma que a hegemonia, no regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, e no exercício desta hegemonia “normal”, a força não ultrapassa o consenso, conforme o filósofo, o equilíbrio é tal que tenta-se “fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 2012, v.3, pp. 96-97). Entretanto, há momentos em que esta hegemonia “normal” é perturbada, deste modo, a classe dominante tem uma perda progressiva do consenso e direção de sua classe antagônica. Isto é o que o pensador chama de “crise de hegemonia”, o que segundo ele ocorre exatamente no período que se segue à Primeira Guerra Mundial.

A crise de hegemonia deve ser interpretada a partir da discussão sobre a força e o consenso. A classe hegemônica buscava recuperar o consenso, para reconstruir o seu aparelho de hegemonia, e isto só seria possível através da força. Além disso, o filósofo sardo teoriza que o aparelho hegemônico do grupo dominante desagregou-se em todos os Estados do mundo em consequência da guerra. Como podemos notar nesta passagem de seu texto, quando ele enumera três destas causas da desagregação decorrente da guerra

1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc.; 3) porque as forças antagônicas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato (*ibidem*, pp. 268-269).

A recuperação do consenso se daria à força. Como em cada Estado as relações sociais eram diferentes, os métodos políticos de emprego da força e a combinação das forças legais e ilegais seriam diferentes, conforme estas organizações, e mais, para Gramsci: “Quanto maior é a massa de políticos, tanto maior deve ser a contribuição das forças ilegais. Quanto maiores são as forças politicamente organizadas e educadas, tanto mais é preciso ‘resguardar’ o Estado legal” (GRAMSCI, 2012, v.3, pp. 268-269). Este novo problema da hegemonia é decorrente da separação da sociedade civil em relação à sociedade política, pois, a base histórica do Estado se deslocou. O Estado capitalista moderno caracteriza-se por ter uma forma extrema de sociedade política, que segundo o filósofo, configura-se “ou para lutar contra o novo e conservar o que nela oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se” (*ibidem*, p. 266).

É a partir de todos esses desenvolvimentos que o filósofo faz a sua análise sobre o processo revolucionário e suas implicações. É conforme a teoria do materialismo histórico dialético e atualizando-a, que o pensador faz a sua reflexão, como Christinne Buci-Glucksmann afirma: “[...] a crise de hegemonia não é uma espécie de crise revolucionária que anda mal. Coloca novos problemas no plano político, mas também no plano do materialismo histórico” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, pp. 126-127).

Por conseguinte, é a teoria da revolução passiva como critério de análise histórico-político que torna Gramsci inovador, pois ele revigora a teoria marxiana, afastando de seu pensamento, toda maneira mecanicista de conceber o processo histórico. A revolução passiva é para o filósofo italiano, consequência teórica e crítica do Prefácio marxiano, conforme ele:

Portanto, não teoria da ‘revolução passiva’ como programa, [...] mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante. [...] (Parece que a teoria da revolução passiva é um corolário crítico necessário do “Prefácio” à *Contribuição à crítica da economia política*.) (GRAMSCI, 2012, v. 5, pp.331-332).

Nesta configuração, temos na teoria gramsciana uma diferenciada formulação dos termos “revolução” e “restauração” na transição dos modos de produção. A revolução passiva é uma revolução restauração, pois esta, embora seja uma “revolução”, porque realmente traz mudanças no modo de ser social, caracteriza-se por ter como propósito conservar o *status quo*. A revolução passiva é uma medida revolucionária ao mesmo tempo reacionária, que se efetiva sob a direção da classe hegemônica, a burguesia, que para isto, desordena a organização de sua classe antagônica, incorporando-a neste processo, para recuperar o consenso.

Deste modo, quando voltamos a refletir como estavam as massas, a sua desorganização política, vemos que tiveram um papel fundamental para a tomada do poder nos regimes totalitários. Os movimentos totalitários chegaram ao poder devido à desorganização destas “massas amorfas”, utilizando a expressão de Hannah Arendt.

Nos *Cadernos*, Antonio Gramsci chega ao resultado de que o movimento totalitário do qual ele próprio fora vítima, o fascismo, é uma revolução passiva. Um movimento de extrema coerção que permitiu que a burguesia recuperasse o consenso. Assim, buscamos entender se o nazismo foi uma revolução passiva. Finalizamos esta parte com este trecho em que Christinne Buci-Glucksmann, parafraseando Gramsci, explica a participação das massas, como massa de manobra, nas revoluções passivas:

[...] toda revolução passiva desenvolve um “conservadorismo ou reformismo temperado”, que rompe a livre dialética política das contradições entre as classes e neutraliza, orienta a iniciativa popular, buscando satisfazer muito parcialmente algumas das suas exigências “em pequenas doses, legalmente, de modo reformista”. Enfim, na medida em que a revolução passiva tende a resolver os problemas de transformação e *direção* da sociedade (a hegemonia) pelo Estado (domínio), pelos seus aparelhos administrativos e policiais. A partir do momento em que o conjunto da reprodução social passa através do Estado, “a direção política torna-se um aspecto da dominação” e as massas são finalmente tratadas como “massa de manobra” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, pp. 120-121).

3.1 As revoluções passivas e a revolução

As revoluções passivas são caracterizadas por se efetivarem em um momento de transformações, no qual a classe dominante descobre portar uma quantidade limitada de hegemonia. Entretanto, ainda assim, ocorrem transformações que permitem que se desenvolvam processos de modernização política, social e econômica, ao mesmo tempo em que estes próprios processos são responsáveis para impedir a atividade política das classes subalternas, o que podemos observar na análise dos movimentos de unificação alemão e italiano, nos quais as classes subalternas não foram protagonistas. Do mesmo modo, nas notas sobre o americanismo, Gramsci, ao afirmar sobre o propício desenvolvimento do novo modelo de produção americana ter nos EUA a sua matriz, o que foi conseguido pelo processo histórico deste país, reflete que, este movimento de transformismo nas relações sociais de produção, ao mesmo tempo, estava proporcionando a retomada da hegemonia da classe dominante.

Apesar de ter compreendido a estratégia da classe burguesa, com a revolução passiva, por outro lado, Gramsci percebe que isto significa que se atravessa um período em que a classe dominante está enfraquecida. Destarte, a sua classe antagônica deveria se organizar, para tornar-se a classe hegemônica, e só assim, seria capaz de realizar uma verdadeira modificação na totalidade das relações de produção da vida material, ou seja, isto deveria acontecer em nível estrutural e superestrutural, concomitantemente. Era neste momento de “transformismo”, ou seja, na incorporação do americanismo, que a classe subalterna deveria estar organizada para a tomada do mundo da produção, neste momento em que a classe dominante carecia de direção, já que estava passando por uma crise de hegemonia. Como afirma Christinne Buci-Glucksmann, sobre as formas contraditórias em que se dá o processo das revoluções passivas:

[...] para Gramsci, os efeitos da hegemonia são mais que contraditórios. Quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica, mais ela deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de se constituírem em força autônoma [...]. Inversamente, a revolução passiva, porque decapita as direções das classes aliadas e adversárias, priva-as de um instrumento político próprio, cria um obstáculo à sua constituição enquanto classes autônomas (BUCI-GLUCKSMANN, pp.81-82, 1980).

A crise de hegemonia da classe dirigente fizera com que ela se organizasse, expandindo, portanto, um novo modelo de produção, que adequava os homens, a fim de que pudesse ser mantido o *status quo* do modo de produção burguês. O que foi tornado real, com a criação de um novo tipo de homem, criado a partir do modelo americano, o qual se consolidou com uma reforma intelectual e moral. A crise de hegemonia é a confirmação de que a classe hegemônica fracassou e acima de tudo, é quando podemos verificar que já estava ultrapassado o seu modelo de dominação.

Gramsci critica o fenômeno do fatalismo, afirmando que na consciência do operariado, prevalecia a ideia de que sendo subalterno e deste modo, dependente da classe dominante, não teria condições de se mover e de organizar coisa alguma. Mas, naquele momento de crise de hegemonia da classe dominante, estava ocorrendo uma transformação nas relações das forças sociais, as massas que eram passivas, começaram a desenvolver uma organização política, o que poderia levá-las à conquista da hegemonia.

A hegemonia nunca é um resultado automático do processo histórico, para atingi-la, a classe que é subalterna deve se organizar, e quem é responsável por esta tarefa são os intelectuais orgânicos. Gramsci problematiza a questão da conquista da hegemonia por um viés filosófico e político, mas, não há uma visão teleológica da história, conforme Remo Bodei: “Atrás da história não há uma ‘mão invisível’ que empurra os homens e as coisas, mas

há a capacidade de decidir, de conhecer, de agir de modo a mudar as situações e as relações de força” (BODEI, 1978, p. 87).

Na História, as classes que conseguiram tornar-se hegemônicas, só o fizeram após um longo processo de luta. Portanto, a hegemonia da classe operária será conquistada apenas quando tiver organização para levar a cabo a sua tarefa histórica, e assim, instaurar um novo modo de vida, que será acompanhado de um novo modo de produção. Como afirma Ana Maria Said:

[...] A conquista hegemônica de uma classe representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também, de uma nova orientação ideológica e cultural. Tem consequências no nível material da economia, da política, da moral, do conhecimento e da filosofia. E, para isso se faz fundamental uma reforma intelectual e moral, pois, sem ela, não se mantém a transformação (SAID, 2009, pp. 87-88).

Ainda sobre a revolução passiva, conforme Remo Bodei, temos em Gramsci, uma definição precisa de quando este movimento histórico inicia-se. Após a Revolução na França, as forças hegemônicas iniciaram um processo que torna cada vez mais difícil esse tipo de transformação, e isto é referente à própria natureza das revoluções passivas, que sob a direção da classe burguesa, impede a organização das outras classes:

Sucedeu que o Estado burguês, depois da derrota da Comuna de Paris e diante de uma grande recessão, *reorganizou-se no sentido de uma penetração cada vez mais maciça no campo da sociedade civil*, de uma busca do consenso que torne impossíveis os golpes de mão como os de 1848 e 1871 (que torne impossível, portanto, a “guerra de movimento” e o jacobinismo no seu interior), de uma ampliação burocrática e de uma estruturação capilar, de uma expansão colonial e de uma maior interdependência recíproca entre diversos Estados (BODEI, 1978, pp. 88-89).

Entretanto, surge uma questão, as revoluções passivas realizadas pela classe burguesa a auxilia na manutenção do poder, mas, a História não é algo estático. Inclusive, para a formação do Estado burguês fora necessário a luta de uma classe que ainda não era hegemônica. Marx já dizia que o Estado burguês foi o que permitiu que o homem saísse da pré-história, assim, isto é o que ainda permite a dominação de classes, e que ao mesmo tempo simplificou o antagonismo, porém, é sobretudo, o momento a partir do qual é possível a sua própria superação, conforme Gramsci:

O que existe em cada momento é uma combinação de velho e novo, um equilíbrio momentâneo das relações culturais correspondentes ao equilíbrio das relações sociais. Só depois da criação do Estado, o problema cultural se impõe em toda a sua complexidade e tende a uma solução coerente (GRAMSCI, 2012, v. 4, p.40).

Ao propor a sua estratégia, a guerra de posição, Gramsci objetiva que a classe operária conquiste a hegemonia. Mas, esta tarefa histórica da classe subalterna é cada vez mais difícil. O Estado burguês se complexificou, a última guerra de movimento que é verificada em seu tempo, foi a Revolução de Outubro na Rússia. A sociedade civil, com uma nova organização e atuação nos países de capitalismo avançado, deveria ser controlada, inclusive a força, para que se pudesse recuperar o consenso, para que assim, a classe hegemônica mantivesse a sua dominação, conforme Bodei:

Começa um período histórico em que o Estado, para funcionar, tem cada vez mais necessidade da colaboração ativa ou passiva dos cidadãos, de obter ou extorquir deles o consenso. Sob este aspecto, tal tendência culmina no fascismo e no nazismo, na militarização completa da sociedade civil, na *extorsão do consenso mediante a força*, no cancelamento, ao limite extremo, da diferença entre ditadura e hegemonia. A estratégia da guerra de posição e a conseqüente concentração da vontade coletiva são impostas por esta organização do Estado burguês moderno (BODEI, 1978, p. 89).

É nessa nova organização da correlação de forças, que se dá a disputa pela hegemonia, no tempo em que Gramsci teoriza. Contra a estratégia da classe dominante, as revoluções passivas, o filósofo propõe o renascimento de um novo jacobinismo, que possa tornar possível uma transformação radical, ou seja, uma “revolução”.

3.2 O totalitarismo como revolução passiva: os limites da concepção de ruptura em Hannah Arendt na análise do nazismo

A análise do totalitarismo como um fenômeno que permitiu que fossem incorporados os novos métodos de produção difundidos, como afirma Gramsci, sob a etiqueta americana, não é uma afirmação que condiz com a interpretação de Hannah Arendt acerca deste fenômeno. Para a filósofa, o totalitarismo, tanto na Alemanha quanto na União Soviética, não significou progresso e modernização.

Como tentamos demonstrar ao longo deste escrito, é após a Primeira Guerra Mundial que foram formuladas as ideologias do nazismo e do fascismo. Com a derrota neste conflito, a Alemanha ficou arrasada. Até mesmo Hannah Arendt admite que a ruptura provocada pelo totalitarismo inicia-se a partir deste primeiro conflito mundial. Na perspectiva gramsciana, a partir de seus conceitos, temos neste evento a verificação de que o totalitarismo foi historicamente preparado. A Primeira Guerra Mundial foi o “estopim”, a partir do qual modificaram-se as relações sociais de produção, como afirma o pensador:

[...] todos reconhecem que a guerra de 1914-1918 representa uma ruptura histórica, no sentido de que toda uma série de questões que se acumulavam

molecularmente, antes de 1914, “se sobrepuseram umas às outras”, modificando a estrutura geral do processo anterior (GRAMSCI, 2012, v. 5, p. 330).

Para Gramsci, a ruptura representada pela Primeira Guerra Mundial não é algo capaz de romper com o processo histórico, como o totalitarismo é para Hannah Arendt. Este conflito é resultante da crise do capitalismo, que se fez sentir como crise de hegemonia. A própria guerra, é decorrência disto. Neste momento, a classe hegemônica, a burguesia, perdeu o consenso e para recuperá-lo foi necessária absoluta coerção. O que ocorreu quando os movimentos totalitários se expandiram pela Europa, no início do século XX. Gramsci estava atento ao fato de que o totalitarismo, era um fenômeno mundial, e que este era exatamente o período de tomada de fôlego da velha sociedade resistente.

Por outro lado, Hannah Arendt entende que o evento do totalitarismo, em si mesmo, assinala a divisão entre a época moderna e o mundo do século XX que, segundo a filósofa, “veio à existência através da cadeia de catástrofes deflagrada pela Primeira Guerra Mundial” (ARENDR, 2011a, p. 54). A história é formada pelos grandes feitos e eventos, e estes têm valor em si mesmos, entretanto, dificilmente percebemos isso, conforme a pensadora:

O que para nós é difícil perceber é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados [...] O tema da História são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras (*ibidem*, p. 72).

O tema da ruptura na História não é tratado pela primeira vez por Hannah Arendt, outros pensadores já a conceberam, mas o modo como a filósofa trata o assunto é novo. Em outras filosofias da história a ruptura é um momento de transição, “separa apenas para unir”, nesta perspectiva da História como um processo, há uma descontinuidade na continuidade histórica, mas o que prevalece é a continuidade. Na proposta de Hannah Arendt, a ruptura é uma descontinuidade, surge o absolutamente novo na história e o que se inicia não é incorporado ao que havia antes.

O totalitarismo representa uma ruptura entre o passado e o presente, contudo, este evento histórico é apenas uma ruptura específica, conforme Lídia, “entre as inúmeras cisões de que se tece a história” (RODRIGO, 1992, p. 89).

O totalitarismo representa uma quebra com a tradição nas esferas social, política, legal, lógica e moral. Deste modo, esta ruptura torna realidade o que, nas palavras de Rodrigo (1992), era “impensável ou inconcebível, ilegítimo, imprevisível e impossível do ponto de vista da tradição ocidental”. O mal absoluto, como o chama Arendt, nega a tradição, não pode

ser pensado como o resultado de uma transformação e desenvolvimento gradual dos valores passados, não há correspondentes, como afirma em *Entre o passado e o futuro*:

[...] Contudo, nem as conseqüências no século XX nem a rebelião do século XIX contra a tradição provocaram efetivamente a quebra em nossa história. Esta brotou de um caos de perplexidades de massa no palco político e de opiniões de massa na esfera espiritual que os movimentos totalitários, através do terror e da ideologia, cristalizaram em uma nova forma de governo e dominação. A dominação totalitária como um fato estabelecido, que, em seu ineditismo, não pode ser compreendida mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos “crimes” não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro do quadro de referência legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da História Ocidental. A ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado. Não é o resultado da escolha deliberada de ninguém, nem sujeita a decisão ulterior (ARENDDT, 2011a, pp. 53-54).

As analogias com os fatos que aconteceram no passado, e as próprias “origens do totalitarismo”, conforme Hannah Arendt, o anti-semitismo e o imperialismo não são suficientes para a compreensão deste fenômeno. Por mais que possamos comparar o que foi possível no totalitarismo com os fatos do passado, não existe correspondência direta. Tentar comparar o fenômeno do totalitarismo com eventos anteriores significa obscurecer a análise, e, portanto, não compreendê-lo.

Verificamos no estudo dos totalitarismos que este fenômeno é algo que não se mantém por um longo período histórico. A estrutura destes governos políticos é amorfa, é sobretudo, movimento. Quando Hannah Arendt teoriza sobre este tipo de evento demonstrando a sua originalidade, ela mesma admite a transitoriedade e a não sustentação dele:

Sem a força do movimento, seus membros cessam imediatamente de acreditar no dogma pelo qual ainda ontem estavam dispostos a sacrificar a vida. Logo que o movimento, isto é, o mundo fictício que as abrigou, é destruído, as massas reverterem ao seu antigo *status* de indivíduos isolados que aceitam de bom grado uma nova função num mundo novo ou mergulham novamente em sua antiga e desesperada superfluidade (*ibidem*, 2011b, p. 413).

O imediato retorno do homem-massa ao mundo real, ou seja, ao mundo capitalista, é a prova de que o *status quo* do sistema foi mantido e, portanto, a burguesia recuperou o consenso. Hitler, de início, apresentou soluções para o problema estrutural alemão, recuperando a economia arruinada pela Primeira Guerra Mundial, e por outro lado, em contraste, quando o totalitarismo sob o seu jugo detém o poder total, não teve esta preocupação, arrasando-a (e isto como teoriza Hannah Arendt, é intrínseco ao poder total, o qual não tem preocupação nacional, porque visa ao domínio global).

Todavia, a análise deste fenômeno a partir das categorias gramscianas é exatamente contra esta maneira economicista de investigação de um fenômeno. Como tentamos demonstrar neste trabalho, a crise é “orgânica”, e não apenas econômica, como afirma Gramsci: “A questão particular do mal-estar ou do bem estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 46). Tanto é assim, que é possível verificar que a investigação do totalitarismo como algo intrínseco ao processo histórico, uma ruptura que ainda preserva a continuidade deste – e o que é pior, não rompe com o modo de produção burguês – é confirmado historicamente, pois, conforme Hobsbawm, este acontecimento não impediu “a Alemanha de acabar o século XX como o Estado dominante do continente” (HOBSBAWM, 2004, p. 133).

Outro aspecto da revolução passiva, e assim do nazismo, com base neste critério de interpretação historiográfico, é a duplicação do aparelho estatal. A própria Hannah Arendt ao analisar a estrutura do regime totalitário na Alemanha, afirma que os nazistas não aboliram a Constituição de Weimar, também criaram as organizações paraprofissionais de mestres, advogados, professores, médicos e estudantes nazistas, que segundo a filósofa, eram duplicatas de sociedades profissionais não-totalitárias anteriormente existentes, todas a serviço do *III Reich*. Interessante que Gramsci aborda isto em *Americanismo e fordismo*, quando refere-se à questão de que a revolução passiva representada pelo fordismo, nos EUA, combinou o elemento força (com a destruição do sindicalismo operário neste país) com a persuasão. O Estado no totalitarismo era fachada, e isto quer dizer que era um instrumento da classe burguesa para a recuperação do consenso, desmantelando a organização da classe operária, mesmo que para isto, devesse suspendê-lo, e submeter-se à pura coerção. Christinne Buci-Glucksmann destaca que:

[...] a crise de hegemonia pode levar a uma solução de *duplo poder do ponto de vista da burguesia* (não do ponto de vista do proletariado). O que Gramsci de resto já diagnosticara em 1921, assinalando a *duplicação do aparelho* de Estado na crise, a coexistência violenta e cúmplice de dois aspectos repressivos e punitivos: o fascismo e o Estado burguês.[...] sobretudo porque intervém no interior de um equilíbrio de forças instável, que exige uma maior atenção para os dois fenômenos conexos e complementares. De um lado os efeitos da forma do Estado e da sua crise sobre as grandes massas, sobre a base histórica do Estado, no exato momento em que surge uma separação entre sociedade civil e política. De outro, as tentativas de reestruturação do capital e das formas políticas (Estado, partido, movimento de massas) no interior da crise (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, pp.126-127).

Em contraposição à manutenção do capitalismo, Gramsci defende a sua superação. Todavia, o americanismo e o totalitarismo, como revoluções passivas, são formas de conservar este modo de produção. Não obstante, é a partir da filosofia da *praxis*, em sua determinada visão do mundo, que se pode ver além e avaliar de outro modo estas revoluções passivas, pois ela é também uma crítica ao conformismo. É como historicismo absoluto que devemos interpretar a filosofia da *praxis*, porque quando as contradições de classes forem superadas, esta também o será, pois conforme Gramsci: “Marx inicia intelectualmente uma época histórica que provavelmente durará séculos, isto é, até o desaparecimento da sociedade política e o advento da sociedade regulada. Somente quando isto ocorrer, a sua concepção do mundo será superada” (GRAMSCI, v. 1, 2012, p. 243).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de revolução passiva em Antonio Gramsci, como tentamos demonstrar neste trabalho, é um critério histórico-político de análise da realidade. Nos *Cadernos do cárcere*, ele tem a oportunidade de aperfeiçoá-lo e, então, utilizá-lo para a investigação de diversos fenômenos que sucederam à Revolução Francesa. É a partir deste movimento que se torna cada vez mais difícil a possibilidade da realização de uma revolução no modo de produção. Todavia, ainda que soubesse das dificuldades do processo revolucionário, o pensador sardo não esmoreceu em suas análises da nova conjuntura do capitalismo.

Herdeiro do pensamento marxiano, Gramsci tinha a consciência de que foi necessário todo um desenvolvimento histórico para se chegar ao modo de produção capitalista, e que em todo o processo histórico, um modo de produção da vida material só se desenvolve porque é a superação do antigo, ao mesmo tempo em que só pode ter sido gerado a partir deste antigo. O modelo de civilização capitalista foi o que permitiu que fossem simplificados os antagonismos de classe. Este, como os anteriores, desenvolveu-se a tal ponto que carrega em si a possibilidade de sua própria superação, para que desta forma, possa surgir um outro modo de produção. Apesar disso, conforme a teoria marxiana de análise da realidade, existem forças sociais que corroboram para a manutenção do *status quo*. A partir do momento em que o novo pode nascer (isto é, as forças produtivas materiais já estão desenvolvidas a ponto de necessitarem de novas relações sociais de produção) e o mundo antigo não permite, porque quer manter as antigas relações sociais de produção, o resultado é sempre uma crise.

O modo de produção burguês em crise – e para Gramsci a crise orgânica também é crise de hegemonia, como demonstramos neste trabalho – poderia se reconstituir reformisticamente e foi isto o que ocorreu. Opondo-se ao conformismo, Gramsci teoriza a sua estratégia, a guerra de posição, a qual contrariamente ao pensamento mecanicista, tem a lucidez de perceber o erro em que incorria as teorias marxistas de seu tempo. Em uma crise de hegemonia, as classes que por esta lutavam, a burguesia e o proletariado, não eram providas das mesmas capacidades. A classe burguesa, em busca da recuperação do consenso, tinha uma melhor organização para isto, enquanto a sua classe antagônica não se organizava, e ainda por cima, estava sendo submetida a certas estratégias – as revoluções passivas – que cooperavam para a decapitação dessas forças porta-vozes da nova ordem.

Em *Americanismo e fordismo*, o filósofo apreende que a nova maneira de produzir difundida pela fábrica de Henry Ford, não chegaria a determinar o início de uma nova civilização. O americanismo não era apenas mais uma, na verdade era a principal forma da revolução passiva do início do século XX, e como tal, manteria a dominação de classe. Esta nova maneira de produzir se espalhava pelo mundo, e se adequava aos Estados em que se fazia presente. Nos Estados europeus, esta novidade americana fora absorvida de forma ainda mais violenta, como extrema coerção, através dos movimentos totalitários, que igualmente chega à Alemanha.

Portanto, depois de toda esta reflexão contida neste escrito, respondemos ao nosso questionamento inicial, “o nazismo foi uma revolução passiva?”, positivamente, embora não seja uma resposta última. Considerando o nazismo sob esta categoria gramsciana e sob os prismas do materialismo histórico dialético, este evento, embora advenha de uma ruptura na história, é intrínseco ao processo histórico, ainda mais, é o resultado da crise orgânica do capitalismo. O totalitarismo por este método de análise é também uma ruptura no processo histórico, porém o que prevalece é a continuidade do processo. Contrariamente, na teoria de Hannah Arendt, o totalitarismo (tanto o alemão quanto o soviético) é uma ruptura no processo histórico, uma descontinuidade na história.

Logo, encerramos este trabalho reafirmando, com base na filosofia gramsciana, que as revoluções passivas são estratégias para a manutenção do poder da classe burguesa, que para manter a sua hegemonia, inclusive se submete a sacrifícios temporários, como foi o nazismo. As revoluções passivas são “passivas” exatamente porque não são capazes de destruir o mundo burguês, que, como podemos verificar historicamente, se reestruturou rapidamente após a queda destes regimes totalitários.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011a.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

BODEI, Remo. Gramsci: vontade, hegemonia, racionalização. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria marxista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento crítico, 30).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 6 v.

_____. *Cartas do cárcere*. Seleção, introdução e tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2 v.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República da Weimar e no 3º Reich*. Tradução Claudio Frederico do S. Ramos. Campinas: Ensaio, 1993.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. *A era do capital: 1848-1845*. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Marx, Karl. Prefácio de 1859. In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 127-132. (Os Pensadores).

RODRIGO, Lídia Maria. O enigma da ruptura em Hannah Arendt. *História & Perspectivas*, Uberlândia-MG, v. 6, n.6, p. 89-100, 1992.

SAID, Ana Maria. *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de Democracia em Gramsci e o PCB*. Uberlândia: Edufu, 2009.

SILVA, Angela Maria; PINHEIRO, Maria Salete De Freitas; FRANÇA, Maira Nani. *Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*. 5. ed. Uberlândia: Edufu, 2009.